



GABINETE GILBERT GISLER - XEPA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SANT'ANA DO LIVRAMENTO - RS



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, CIDADANIA,
JUSTIÇA E ASSUNTOS INTERNACIONAIS

MATÉRIA: Projeto nº 139/2024

PROMOVENTE: Executivo Municipal

ASSUNTO: "Institui a Turma Volante Municipal (TVM) para atuar diretamente nas atividades de combate à sonegação fiscal no âmbito do Programa de Integração Tributária do Estado do Rio Grande do Sul (PIT), fiscalizando mercadorias em trânsito no Município de Sant'Ana do Livramento, e dá outras providências.

APROVADO
Comissão de Constituição, Justiça e
Assuntos Internacionais
☒ POR UNANIMIDADE ☐ POR MAIORIA
Em 22 / 10 / 2024.

Presidente

PARECER

Trata-se de Projeto de Lei que, em linhas gerais, institui a Turma Volante Municipal (TVM). O projeto vem instruído com matéria, justificativa e legislação pertinente.

A Constituição Federal, em seu art. 30, inciso I, atribui aos municípios a competência para legislar sobre assuntos de interesse local, o que inclui a organização da fiscalização tributária em seu território. Além disso, o art. 30, inciso III, permite ao município suplementar a legislação estadual e federal no que couber, especialmente no que tange à execução de programas de cooperação como o Programa de Integração Tributária (PIT), regulado pela Lei Estadual nº 12.868/2007 e Decreto Estadual nº 48.572/2011. Portanto, o município de Sant'Ana do Livramento pode instituir uma Turma Volante Municipal (TVM) para a fiscalização de mercadorias em trânsito, em consonância com a legislação estadual e federal.

O art. 145, inciso II, da Constituição Federal define que os Estados podem instituir impostos sobre a circulação de mercadorias e serviços (ICMS), sendo a fiscalização uma atribuição natural das secretarias estaduais de fazenda. Contudo, o Programa de Integração Tributária (PIT), previsto na legislação estadual do Rio Grande do Sul, autoriza a cooperação dos municípios na fiscalização de mercadorias em trânsito,



GABINETE GILBERT GISLER - XEPA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES SANT'ANA DO LIVRAMENTO - RS



permitindo que esses, por convênios e termos de cooperação, participem dessa atividade fiscalizatória. A legalidade da participação municipal na fiscalização se encontra amparada pelo Convênio firmado entre o Estado do Rio Grande do Sul e a Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS), conforme previsto no projeto de lei em análise, tornando a TVM um instrumento legítimo de combate à sonegação.

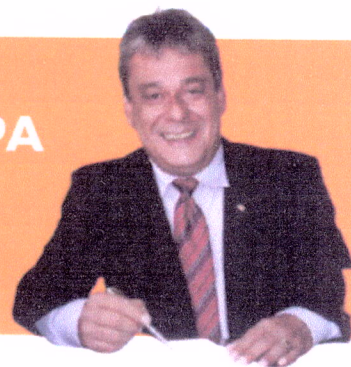
A proposta legislativa, ao prever a designação de servidores públicos municipais para atuar na TVM, respeita os princípios e normas estabelecidos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Sant'Ana do Livramento (Lei nº 2.620/1990). O art. 5º do projeto de lei garante o pagamento de adicional noturno e por prestação de serviços extraordinários, **direitos já previstos no regime jurídico dos servidores municipais** e no art. 7º, inciso XVI e IX, da Constituição Federal, que assegura a remuneração por trabalho extraordinário, adicional noturno e outros direitos trabalhistas, **sendo desnecessário constar no corpo do PL.** É importante salientar que, conforme o art. 4º, § 2º do projeto, os servidores somente poderão iniciar suas atividades após a obtenção de Certificado de Habilitação em treinamento específico, o que garante a capacitação adequada para as funções e o cumprimento dos requisitos previstos na legislação.

A atuação da Turma Volante Municipal alinha-se ao princípio da supremacia do interesse público, uma vez que a fiscalização visa ao combate à sonegação fiscal, promovendo a justiça tributária e contribuindo para o aumento da arrecadação pública. O combate à sonegação é uma medida necessária para garantir que todos os contribuintes cumpram suas obrigações tributárias, promovendo, assim, um equilíbrio fiscal que beneficia o interesse público.

O projeto de lei determina que a atuação da TVM deve seguir as normas do Programa de Integração Tributária (PIT), regulamentado pela Lei Estadual nº 12.868/2007 e pelo Decreto Estadual nº 48.572/2011, o que assegura a legalidade e uniformidade das atividades de fiscalização no âmbito estadual e municipal. Além disso, a exigência de



GABINETE GILBERT GISLER - XEPA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SANT'ANA DO LIVRAMENTO - RS



acompanhamento por agentes de segurança pública, como a Brigada Militar ou Guarda Municipal (art. 3º), demonstra o compromisso com a segurança e legalidade nas operações.

Ante o exposto, o Projeto de Lei está dentro da **LEGALIDADE, REGIMENTALIDADE e CONSTITUCIONALIDADE**, recomendando sua aprovação, com posterior tramitação.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

Sant'Ana do Livramento-RS, 22 de outubro de 2024.


Vereador Xepa Gisler
Relator CCCJAI